

AUDITOR DE TRIBUTOS

GRUPO

2

DISCIPLINAS	QUESTÕES
Auditoria	01 a 05
Contabilidade Geral e das Instituições Financeiras	06 a 20
Direito Administrativo	21 a 25
Direito Civil	26 a 30
Direito Constitucional	31 a 35
Direito Empresarial	36 a 40
Direito Penal	41 a 45
Direito Tributário	46 a 55
Legislação Tributária Municipal	56 a 70

31/01/2016

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO FOR AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se houver algum defeito dessa natureza, peça ao aplicador de prova para entregar-lhe outro exemplar.
2. Este caderno contém 70 questões objetivas. Cada questão apresenta quatro alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta assinalada na prova.
3. O cartão-resposta será distribuído no início da prova. Ele é personalizado e não será substituído em caso de erro durante o seu preenchimento. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; se for constatado algum erro, notifique ao aplicador de prova.
4. No cartão-resposta, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta na cor PRETA ou AZUL e fabricada em material transparente, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
5. A prova terá a duração de **quatro horas**, já incluídas nesse tempo a marcação do cartão-resposta e a coleta da impressão digital.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **três horas** de prova e poderá levar o caderno de questões.
7. Quando apenas três candidatos permanecerem na sala para terminar a prova, estes deverão aguardar até que o último a entregue e terão seus nomes registrados em Relatório de Sala, no qual aporão suas respectivas assinaturas.
8. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA DA PROVA OBJETIVA AO APLICADOR DE PROVA.

— QUESTÃO 01 —

O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, e na

- (A) utilização da seção de aplicação e outros materiais explicativos que se destinam a resistir ao auditor na obtenção de segurança razoável.
- (B) avaliação do efeito de distorções identificadas sobre a auditoria e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis.
- (C) dedução contábil com base em conclusões obtidas das evidências de auditoria interna das mutações patrimoniais.
- (D) opinião implícita do auditor independente na estrutura de relatório financeiro aplicável e de lei ou regulamento aplicáveis aos demonstrativos contábeis.

— QUESTÃO 02 —

Risco de auditoria é o risco de que o auditor expressa uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma

- (A) exigência do risco de percepção e do risco pelo sócio do trabalho.
- (B) renúncia de suporte aos riscos em que se baseia a opinião do auditor.
- (C) função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- (D) relação de eventos que exige conformidade com os riscos da auditoria.

— QUESTÃO 03 —

De acordo com a Resolução CFC nº 1.231/2009, o auditor deve avaliar se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os requisitos da estrutura de relatório financeiro aplicável. Essa avaliação deve incluir a consideração dos aspectos

- (A) qualitativos das práticas contábeis da entidade.
- (B) quantitativos das transações auditadas.
- (C) patrimoniais adotados pelos gestores.
- (D) operacionais para obtenção de evidência de auditoria.

— QUESTÃO 04 —

A NBC TA 530, que trata de Amostragem em Auditoria, preconiza que é importante o auditor selecionar uma amostra representativa, de modo a evitar tendenciosidade mediante a escolha de itens da amostra que tenham características

- (A) semelhantes de amostragem.
- (B) típicas da população.
- (C) estratificadas por valor monetário.
- (D) multivariadas na obtenção de evidências.

— QUESTÃO 05 —

Em função da natureza da fraude e das dificuldades encontradas pelos auditores na detecção de distorções relevantes nas demonstrações contábeis decorrentes de fraude, é importante que o auditor obtenha representação formal dos responsáveis pela governança, confirmando que eles revelaram ao auditor

- (A) o conhecimento da administração de casos reais, suspeita ou indícios de fraude que afetem a entidade.
- (B) a omissão da administração em remediar, de forma tempestiva, deficiências relevantes conhecidas nos controles internos.
- (C) a rotatividade da alta administração, departamento jurídico ou dos responsáveis pela governança.
- (D) o interesse da administração em empregar meios inadequados para diminuir indevidamente o resultado por motivações tributárias.

Considere a seguinte composição do patrimônio da empresa Beta Ltda. para responder às questões **06** e **07**.

CONTAS	VALORES EM R\$
Empréstimos concedidos	30.000,00
Empréstimos obtidos	16.400,00
Duplicatas emitidas	14.000,00
Capital integralizado	30.000,00
Mercadorias para revenda	16.400,00
Material de consumo	11.800,00
Duplicatas aceitas	14.000,00
Fornecedores	11.800,00

— QUESTÃO 06 —

De acordo com os dados apresentados, o valor em R\$ correspondente às dívidas com terceiros é:

- (A) 25.800,00
- (B) 42.200,00
- (C) 60.400,00
- (D) 75.000,00

— QUESTÃO 07 —

O valor em R\$ correspondente aos créditos com terceiros é:

- (A) 44.000,00
- (B) 41.800,00
- (C) 30.000,00
- (D) 14.000,00

— QUESTÃO 08 —

Os principais erros de lançamento no livro diário são: título, valor, inversão, duplo registro, omissão e histórico incorreto. A devida correção para o duplo registro é:

- (A) complementação do 2º lançamento.
- (B) ressalva do 2º lançamento.
- (C) registro do 2º lançamento.
- (D) estorno do 2º lançamento.

— QUESTÃO 09 —

Leia o caso a seguir.

A empresa Beta Ltda. comprou um equipamento por R\$ 36.000,00, pagando 20% de entrada e financiando o restante em seis parcelas. A taxa de depreciação é de 10% ao ano, sendo efetuado o registro da aquisição do equipamento e sua imediata disponibilização. Essa empresa possuía na data de aquisição um patrimônio composto de Disponibilidades – R\$ 54.000,00; Obras de arte – R\$ 40.000,00 e Dividendos a pagar – R\$ 36.000,00. Ao final de seis meses ocorreram o pagamento de todas as parcelas do financiamento e a apropriação da depreciação.

Considerando o exposto, conclui-se que essa empresa terá um Patrimônio Líquido de

- (A) 54.400,00
- (B) 56.200,00
- (C) 58.000,00
- (D) 59.800,00

— QUESTÃO 10 —

O princípio que impõe a escolha da hipótese de que resulte menor patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais Princípios Fundamentais de Contabilidade, é o da

- (A) continuidade.
- (B) entidade.
- (C) prudência.
- (D) competência.

— QUESTÃO 11 —

No final do exercício de 2014, a empresa Beta Ltda. apresentou os seguintes resultados em R\$:

Receitas Brutas	145.000,00
Custo dos Serviços Prestados	95.250,00
Despesas Gerais	29.000,00
Despesas Financeiras	28.750,00
Receitas Financeiras	17.250,00

Com base nos dados apresentados, conclui-se que o resultado do exercício foi um

- (A) prejuízo líquido de R\$ 8.000,00.
- (B) lucro líquido de R\$ 20.750,00.
- (C) prejuízo líquido de R\$ 11.500,00.
- (D) lucro líquido de R\$ 9.250,00.

— QUESTÃO 12 —

Para responder à questão, considere D (conta debitada) e C (conta creditada).

A subscrição de capital é o compromisso que o sócio assume perante a nova sociedade que está surgindo. O registro correspondente à subscrição pelos sócios de 10.000 ações com valor nominal de R\$ 5,00 é:

- (A) D – Capital Social \$ 50.000,00; C – Capital a integralizar \$ 50.000,00.
- (B) D – Caixa \$ 50.000,00; C – Capital a integralizar \$ 50.000,00.
- (C) D – Caixa \$ 50.000,00; C – Capital Social \$ 50.000,00.
- (D) D – Capital a integralizar \$ 50.000,00; C – Capital social \$ 50.000,00.

— QUESTÃO 13 —

A empresa Beta Financeira S.A. fez uma aplicação em CDB de 540 dias e classificou essa operação como um instrumento financeiro com finalidade de disponibilidade para venda. Assim, a empresa deve registrar na data do fato e posteriormente o CDB pelo valor

- (A) da transação e a valor justo.
- (B) de resultado e a valor derivativo.
- (C) de face do papel e a valor médio de mercado.
- (D) de mercado e a custo da carteira da empresa.

— QUESTÃO 14 —

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital. É exemplo de reservas de capital o seguinte:

- (A) ganho com variação cambial de ativos de longo prazo.
- (B) aumento do valor de investimentos em coligadas.
- (C) recebimento de incentivos fiscais de imposto de renda.
- (D) alienação de bônus de subscrição.

— QUESTÃO 15 —

De acordo com a NBC TG 36 (R3), que trata das Demonstrações Consolidadas, a entidade deve incluir as receitas e as despesas de controlada nas demonstrações consolidadas desde a data em que adquire o controle até a data em que deixa de controlar a controlada. As receitas e as despesas da controlada baseiam-se nos valores dos

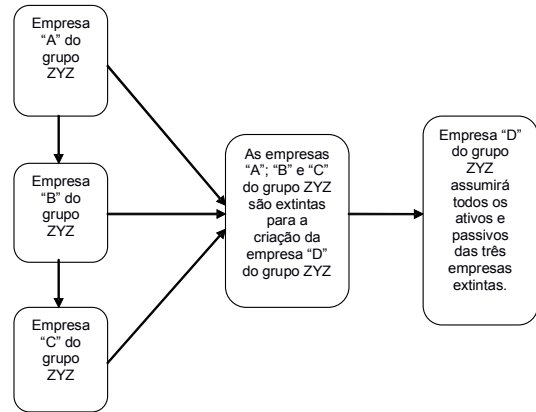
- (A) investimentos da controladora em cada controlada e a parcela da controladora no patrimônio líquido de cada controlada.
- (B) ajustes na elaboração das demonstrações consolidadas em conformidade com as políticas contábeis do grupo.
- (C) ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações consolidadas na data de aquisição.
- (D) benefícios fiscais e da liquidez futura que o investidor possui em decorrência de seu envolvimento com a investida.

— QUESTÃO 16 —

O método de contabilização por meio do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e, a partir daí, é ajustado para refletir a alteração pós-aquisição na participação do investidor sobre os ativos líquidos da investida é denominado:

- (A) rentabilidade futura.
- (B) valor recuperável.
- (C) valor contábil líquido.
- (D) equivalência patrimonial.

Com base na Figura a seguir, responda à questão 17.

**— QUESTÃO 17 —**

A situação representada na figura acima demonstra que as empresas do grupo ZYZ passaram pelo processo de

- (A) cisão.
- (B) fusão.
- (C) incorporação.
- (D) transformação.

— QUESTÃO 18 —

Quando o declínio no valor justo de ativo financeiro disponível para venda foi reconhecido como outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de que o ativo tem perda no valor recuperável, a perda cumulativa que tinha sido reconhecida como outros resultados abrangentes devem ser tratados como ajuste por reclassificação e reconhecida

- (A) no resultado mesmo que o ativo financeiro não tenha sido reconhecido.
- (B) no montante do custo do ativo financeiro.
- (C) pelo valor contábil com alterações em outros resultados abrangentes.
- (D) pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro.

— QUESTÃO 19 —

As reservas estatutárias são constituídas por determinação do estatuto da empresa, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício. Para cada reserva estatutária, a empresa, em seu estatuto, deverá:

- (A) definir as partes beneficiárias e os bônus de subscrição que poderão ser alienados.
- (B) segregar uma parcela de lucros com o objetivo de não distribuí-lo como dividendos.
- (C) fixar os critérios para determinar a parcela anual do lucro líquido a ser utilizada.
- (D) estabelecer o lucro, rendimentos ou ganhos líquidos em operações financeiras.

— QUESTÃO 20 —

A controladora pode perder o controle da controlada em dois ou mais acordos (transações). Se perder o controle da controlada, a controladora para fins de demonstrações consolidadas deve reconhecer

- (A) o valor contábil de quaisquer participações de não controladores na ex-controlada na data em que o controle for perdido.
- (B) ativos, passivos, participações de não controladores reconhecidos e o valor contábil anterior do envolvimento do investidor com a investida.
- (C) qualquer diferença resultante como perda ou ganho no resultado do período, atribuíveis à controladora.
- (D) parte do ganho ou da perda resultante do valor justo do investimento mantido na ex-controlada e considerado no resultado da controladora.

— QUESTÃO 21 —

O debate sobre licitações e contratos apresenta-se sempre em voga. É senso comum que o procedimento estatuído pela Lei n. 8.666/1993 carece de urgentes revisões. Numa tentativa de otimizar a atuação administrativa, foi editada a Lei n. 10.520/2002, estatuindo uma nova modalidade licitatória, qual seja, o pregão. Nessa linha, a respeito das modalidades licitatórias, e à luz dos diplomas acima citados, conclui-se que

- (A) a concorrência é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (B) o leilão é a modalidade de licitação entre interessados cadastrados e do ramo pertinente ao objeto para, dentre outros, a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- (C) a tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (D) a Administração, nos casos em que couber convite, poderá utilizar a tomada de preços, e em qualquer caso, o pregão, e essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

— QUESTÃO 22 —

No tocante à responsabilidade extracontratual do Estado, considerando o arcabouço doutrinário e a normatização da CRFB/1988,

- (A) o § 6º do artigo 37 da Carta Política de 1988, ao apregoar que as “*peças jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros (...)*”, inclui, numa interpretação analógica, as empresas públicas e sociedade de economia mista exploradoras de atividade econômica.
- (B) o Brasil adotou a responsabilidade objetiva na modalidade risco administrativo, donde se avalia a existência dos elementos conduta, resultado e nexo de causalidade, não sendo admitidas excludentes.
- (C) a teoria do risco integral, não aceita no Brasil, assemelha-se à teoria do risco administrativo na medida em que ambas não admitem excludentes de responsabilidade.
- (D) os atos legislativos, via de regra, não ensejam a responsabilização objetiva para o Estado, todavia, a melhor doutrina e a jurisprudência estão a reconhecer a sobredita responsabilidade nas hipóteses de edição de leis inconstitucionais e de leis de efeitos concretos.

— QUESTÃO 23 —

Os atos administrativos, segundo lição de Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, podem ser definidos como “*manifestação ou declaração de vontade da administração pública, nessa qualidade, ou de particulares no exercício de prerrogativas públicas, que tenha por fim imediato a produção de efeitos jurídicos determinados*”, em conformidade com interesse público e sob regime predominante de direito público (2015, p. 480/481). Diante disso, no tocante à extinção dos atos administrativos, conclui-se que

- (A) a caducidade, que na maioria das vezes funciona como uma sanção, é a forma de extinção decorrente da desobediência pelo beneficiário dos requisitos outrora impostos.
- (B) a revogação é a extinção do ato quando, no âmbito da discricionariedade administrativa, tenha se tornado inoportuno e inconveniente. São suscetíveis de revogação, por exemplo, os atos consumados.
- (C) a cassação ocorre quando surge novo diploma legislativo, com requisitos diferentes daqueles que fundamentaram a edição do ato, obstando, desse modo, a permanência dele no mundo jurídico.
- (D) a anulação é a retirada do ato, do mundo jurídico, pela constatação de um vício, sanável ou não, relativo à legalidade e legitimidade. Sendo o vício insanável, a anulação é obrigatória.

— QUESTÃO 24 —

A improbidade administrativa, mormente em face das notícias e “denúncias” relacionadas à corrupção, se apresenta como pauta do dia. Sobre o tema, à luz das disposições da Carta Política de 1988 e da Lei n. 8.429/1992, conclui-se que

- (A) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a exoneração da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação civil pública cabível.
- (B) a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente, devendo ser anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.
- (C) a perda dos direitos políticos e a exoneração da função pública só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória, todavia, a autoridade judicial ou administrativa competente pode determinar o afastamento do agente público, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- (D) a referida lei não penaliza os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público; do outro lado, pune os atos praticados contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território.

— QUESTÃO 25 —

Segundo o artigo 175 da CRFB/1988, “*incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos*”. Extrai-se, desse modo, que a prestação indireta se dá mediante concessão ou permissão. Nesse contexto,

- (A) trata-se, a concessão de serviço público, de delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de tomada de preços, à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado.
- (B) caracteriza-se como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após aviso prévio, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.
- (C) permite-se a revisão dos contratos de concessão com o objetivo de manter o equilíbrio econômico financeiro, salvo nas hipóteses em que foram previstas fontes alternativas de receitas.
- (D) considera-se serviço adequado o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

— QUESTÃO 26 —

Acerca das pessoas jurídicas, o sistema de direito civil dispõe que

- (A) as organizações religiosas começam a existir legalmente com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro.
- (B) os entes de fiscalização do exercício profissional são pessoas de direito privado com estrutura pública.
- (C) as associações constituem-se pela dotação especial de bens livres para fim determinado.
- (D) as fundações criam-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos.

— QUESTÃO 27 —

No tocante ao negócio jurídico, prevê o regramento civil vigente que

- (A) a existência do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável e forma prescrita ou não defesa em lei.
- (B) a anulação do negócio jurídico pressupõe a ocorrência de vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores ou simulação.
- (C) a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem a transferência de direitos reais sobre imóveis cujo valor seja superior a dez vezes o maior salário mínimo vigente no país.
- (D) a condição é considerada como cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

— QUESTÃO 28 —

Segundo a Lei nº 10.406/2002, o exercício abusivo de um direito – definido legalmente como o que excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes – configura ato

- (A) anulável.
- (B) ilícito.
- (C) inexistente.
- (D) nulo.

— QUESTÃO 29 —

No que se refere ao contrato de prestação de serviços, o Código Civil em vigor prescreve que

- (A) a extinção desse contrato pode se dar apenas com a morte ou inadimplemento de qualquer das partes em face de seu caráter pessoal.
- (B) a retribuição deve ser, em regra, fixada por arbitramento, segundo o costume do lugar, o tempo de serviço e sua qualidade.
- (C) o pagamento da retribuição deve ocorrer depois de prestado o serviço, vedado o adiantamento ou a paga em prestações por acordo entre as partes.
- (D) o objeto desse contrato pode ser toda a espécie de serviço ou trabalho lícito, material ou imaterial.

— QUESTÃO 30 —

Sobre a aquisição da propriedade imóvel, normatiza o Código Civil vigente que

- (A) a compra e venda de um imóvel celebrada mediante a lavratura da escritura pública transmite a propriedade.
- (B) o registro do título translativo no Registro Imobiliário implica a transferência entre vivos da propriedade.
- (C) a posse e a propriedade da herança é adquirida pela aceitação do sucessor após a morte do sucedido.
- (D) a usucapião é modo derivado de adquirir a propriedade pela posse continuada durante certo lapso de tempo.

— QUESTÃO 31 —

O poder constituinte pode ser classificado como originário ou derivado. Este, por sua vez, é dividido em reformador, decorrente e revisor. No que se refere ao poder constituinte derivado, conclui-se que

- (A) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (B) o poder constituinte derivado reformador, no texto da CRFB/1988, submete-se a algumas limitações expressas de ordem formal, circunstancial, material e temporal.
- (C) as emendas constitucionais são fruto da ação do poder constituinte derivado revisor, e, como decorrência, no texto originário da Carta Política de 1988, podem existir acréscimos, supressões ou modificações de normas.
- (D) a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos poderes e os direitos e garantias individuais não serão objeto de emenda constitucional.

— QUESTÃO 32 —

A Carta Política de 1988 destacou capítulo próprio para tratar da Administração Pública. No contexto das disposições gerais do artigo 37,

- (A) a criação de autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação dar-se-á por lei específica, cabendo à lei complementar definir as áreas de atuação das fundações.
- (B) as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, excetuado o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.
- (C) a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e das entidades da administração direta pode ser ampliada mediante contrato de gestão; de outro lado, o termo “parceria” é o instrumento hábil para que tais objetivos sejam alcançados na administração indireta.
- (D) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

— QUESTÃO 33 —

O direito de acesso à justiça foi previsto, na Carta de 1988, como um direito fundamental do cidadão. Tal direito, em tese, não seria exercitável se no texto da Carta Magna não tivessem sido previstos mecanismos de acionamento do Poder Judiciário para as hipóteses de violação. Diante disso, a Constituição vigente dedicou capítulo exclusivo, entre os artigos 127 e 135, para tratar das Funções Essenciais à Justiça. Nesse contexto,

- (A) a Defensoria Pública, o Ministério Público e a Advocacia Privada são Funções Essenciais à Justiça. A Advocacia Pública exclui-se do rol ora descrito porquanto não atua em defesa do cidadão, e sim do Poder Público, especialmente na execução da dívida ativa tributária.
- (B) a promoção do inquérito civil e, privativamente, da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, ou individuais homogêneos dos hipossuficientes, são funções institucionais do Ministério Público.
- (C) a Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.
- (D) o Ministério Público, que tem como princípios a unidade, indivisibilidade e independência funcional, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime penal e dos interesses estatais indisponíveis.

— QUESTÃO 34 —

O tema orçamento e tributos enseja debates homéricos, seja na esfera política, jurídica, empresarial, e pessoal de cada cidadão brasileiro. Em tempos de crise, apresenta-se como grande desafio para os gestores públicos o dever de equalizar as contas e a tarefa de aumentar a arrecadação. Diante disso, à luz das regras constitucionais sobre tributação e orçamento,

- (A) à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios caberão a instituição de impostos; taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas; e CPMF, decorrente das movimentações financeiras.
- (B) ao Município compete, como regra geral, instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, que poderão ter alíquotas diferentes em razão do valor do imóvel, e ser progressivo de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (C) à lei ordinária federal cabe o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies, dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.
- (D) à União é vedado instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e também lhe é vedado tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis superiores aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.

— QUESTÃO 35 —

Os direitos e as garantias fundamentais prospectam teses diversas no mundo jurídico. Vários são os desdobramentos, podendo-se, de um lado, avaliar os direitos fundamentais sob a ótica da sua evolução em gerações ou dimensões. Noutro viés, é permitido investigar as características, a abrangência e a aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais. Finalmente, de grande valia se apresenta o estudo de um direito específico, como o da intimidade, vida privada, sigilo bancário e inviolabilidade de domicílio, em todas as possíveis projeções. Nesse contexto,

- (A) as Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, podem determinar a quebra do sigilo bancário.
- (B) a quebra do sigilo bancário compete ao Poder Judiciário, no entanto, em situações específicas, é possível afastar a cláusula de reserva de jurisdição, atribuindo-se esse poder ao Ministério Público e ao Fisco.
- (C) a inviolabilidade de domicílio, assim como outros direitos, não é absoluta, de modo que a casa pode ser violada durante o dia ou a noite, desde que com ordem judicial.
- (D) o conceito de casa que se deve extrair da norma constitucional se apresenta restritivo ao domicílio, excluindo-se, por exemplo, os quartos de hotel e escritórios.

— QUESTÃO 36 —

A autorização judicial para a continuidade da empresa pelo incapaz, antes exercida por ele enquanto capaz, ou por seus pais, implica em

- (A) nomeação pelo representante ou assistente do incapaz, aprovada pelo juiz, de um ou mais gerentes para exercer a atividade empresarial no lugar do empresário.
- (B) hipótese extraordinária de limitação de responsabilidade entre o patrimônio pessoal do incapaz, desde que estranho ao acervo da empresa, e o resultado desta.
- (C) alteração da inscrição empresarial na Junta Comercial para averbar a interdição do empresário, a quem caberá o uso da nova firma por si.
- (D) precariedade da atividade empresarial, pois, revogada a autorização, o incapaz terá o prazo de seis meses para estabelecer sociedade com um capaz.

— QUESTÃO 37 —

O artigo 50 do Código Civil prevê a desconsideração da personalidade jurídica em caso de abuso desta caracterizado expressamente pelo

- (A) encerramento irregular das atividades empresariais.
- (B) desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- (C) excesso de poder ou pela violação do contrato social.
- (D) obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

— QUESTÃO 38 —

As Juntas Comerciais têm, por atribuição legal, a responsabilidade de

- (A) solucionar dúvidas ocorrentes na interpretação das leis e regulamentos relacionados com o registro de empresas mercantis, baixando instruções para esse fim.
- (B) processar a habilitação e nomeação dos tradutores públicos e assentar usos e práticas mercantis.
- (C) estabelecer, com exclusividade, as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.
- (D) estabelecer normas procedimentais de arquivamento de atos de sociedades mercantis de qualquer natureza.

— QUESTÃO 39 —

A intangibilidade é princípio que rege o capital social para garantir que

- (A) a sociedade assegure um fundo que cubra a cifra representativa daquele.
- (B) o patrimônio líquido da sociedade apresente um saldo positivo.
- (C) a sua cobertura não seja atingida pela atribuição de bens ou valores ao sócio.
- (D) o seu aumento não afete o valor de mercado das ações preexistentes.

— QUESTÃO 40 —

A administração da sociedade limitada

- (A) compete a todos os sócios em conjunto quando o contrato social nada dispuser a respeito de tal matéria.
- (B) pode ser exercida por não sócios, dependendo de aprovação da maioria simples dos sócios quando o capital estiver integralizado.
- (C) estende-se de pleno direito a todos novos sócios após a atribuição da administração a todos os sócios pelo contrato social.
- (D) compete a uma ou mais pessoas designadas no contrato social ou em ato em separado.

— QUESTÃO 41 —

Aquele que falsifica, no todo ou em parte, cartão de crédito ou débito de banco público, enquadra-se no crime de

- (A) petrechos de falsificação.
- (B) falsificação de documento particular.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsidade ideológica.

— QUESTÃO 42 —

Configura-se crime de excesso de exação se o funcionário público

- (A) apropria-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- (B) apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- (C) exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- (D) exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

— QUESTÃO 43 —

Aquele que adquire, recebe ou oculta, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira, desacompanhada de documentação legal ou acompanhada de documentos que sabe serem falsos, incorre na mesma pena do crime de

- (A) concussão.
- (B) contrabando.
- (C) descaminho.
- (D) prevaricação.

— QUESTÃO 44 —

Entre outras cominações, está sujeito à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos e pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida, o agente público que

- (A) agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- (B) revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo.
- (C) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.
- (D) conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

— QUESTÃO 45 —

O abuso de autoridade sujeitará o seu autor à sanção administrativa, civil e penal. A sanção penal poderá consistir em pena de

- (A) detenção por dez dias a seis meses.
- (B) detenção por três meses a um ano.
- (C) reclusão por dois a quatro anos.
- (D) reclusão por três a seis anos.

— QUESTÃO 46 —

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a competência tributária residual pode ser exercida

- (A) pela União.
- (B) pela União, nos territórios, em relação aos impostos de competência estadual.
- (C) pelos Estados.
- (D) pelo Distrito Federal, relativamente aos impostos de competência dos Municípios.

— QUESTÃO 47 —

O instituto da imunidade tributária implica em

- (A) desconstituição do crédito tributário.
- (B) exclusão do crédito tributário.
- (C) cancelamento do pagamento do imposto.
- (D) vedação ao poder de tributar, em relação a certas pessoas ou certos bens.

— QUESTÃO 48 —

Quando o contribuinte deve antecipar o pagamento de imposto, sem prévio exame por parte da autoridade administrativa, e aguardar a ratificação de sua atividade, de modo expresso ou tácito, tem-se o seguinte:

- (A) lançamento por homologação.
- (B) pagamento em consignação.
- (C) lançamento por declaração ou misto.
- (D) lançamento de ofício.

— QUESTÃO 49 —

O adquirente de estabelecimento industrial ou comercial responderá, integralmente, pelos débitos tributários, relativos ao fundo de comércio adquirido, devidos até a data da aquisição, se

- (A) o alienante comunicar ao Fisco a alienação, dentro do prazo de 10 dias.
- (B) o alienante cessar imediatamente a exploração de comércio, indústria ou atividade.
- (C) o alienante não tiver patrimônio suficiente para saldar as pendências.
- (D) o Fisco tiver manifestado oposição à transferência do estabelecimento, nos 30 dias seguintes à data da operação.

— QUESTÃO 50 —

J. S. ajuizou ação anulatória de débito fiscal e, ao mesmo tempo, realizou o depósito do montante integral do tributo que estava sendo cobrado pela Fazenda Estadual. Nesse caso,

- (A) se J. S. não for vitorioso, compete à Fazenda Pública entrar com processo de execução fiscal contra ele.
- (B) o depósito efetuado tem o condão de evitar que o Fisco prossiga na cobrança do tributo e ocorra a fluência de juros e imposição de multa.
- (C) se J. S. tiver seu pedido julgado improcedente, poderá levantar o depósito efetuado e aguardar a execução fiscal.
- (D) o depósito foi efetuado por ser requisito de admissibilidade da ação anulatória.

— QUESTÃO 51 —

A obrigação tributária principal nasce

- (A) em decorrência da legislação tributária.
- (B) mediante a confissão do contribuinte da ocorrência do fato gerador.
- (C) com a materialização da respectiva hipótese de incidência.
- (D) com a constituição do crédito tributário pelo lançamento.

— QUESTÃO 52 —

A Constituição Federal de 1988, em relação à repartição de receitas, estipula que

- (A) pertence aos Municípios cinquenta por cento (50%) da arrecadação relativa ao Imposto Territorial Rural, na hipótese de celebração de convênio entre eles e a União.
- (B) cabe aos Estados e ao Distrito Federal vinte e cinco por cento (25%) dos valores arrecadados pela União, no exercício de sua competência impositiva residual.
- (C) cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do ICMS, efetuada pelos Estados, é destinado a seus Municípios.
- (D) a União deve entregar quarenta e nove por cento do produto da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados na forma designada pela Constituição Federal.

— QUESTÃO 53 —

A compensação de créditos tributários

- (A) é permitida mediante aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo.
- (B) pode ser deferida por medida liminar.
- (C) limita-se a créditos vencidos do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.
- (D) depende de autorização legal.

— QUESTÃO 54 —

Dentre as funções que competem à lei complementar destaca-se o seguinte:

- (A) instituir as limitações ao poder de tributar.
- (B) introduzir os tratados internacionais em matéria tributária no ordenamento pátrio.
- (C) criar novas contribuições sociais para custeio da Seguridade Social.
- (D) aumentar as alíquotas do Imposto de Importação.

— QUESTÃO 55 —

Em relação aos princípios constitucionais, a Constituição Federal de 1988 prevê exceção

- (A) ao Princípio da Irretroatividade, a tributação mais favorável ao Fisco, no momento do lançamento do Imposto sobre a Renda.
- (B) ao Princípio da Legalidade, o aumento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, mediante decreto legislativo.
- (C) ao Princípio da Isonomia, a concessão de alguns benefícios fiscais.
- (D) ao Princípio da Legalidade, a criação de taxa federal, mediante portaria do Ministro da Fazenda.

— QUESTÃO 56 —

De acordo com a legislação tributária municipal, o Município de Goiânia pode

- (A) cobrar imposto sobre transmissão de bens imóveis da União.
- (B) cobrar contribuição de melhoria do Estado de Goiás.
- (C) cobrar imposto sobre serviços dos estabelecimentos de ensino.
- (D) cobrar imposto sobre transmissão *causa mortis* de imóvel do convento.

— QUESTÃO 57 —

O auto de infração de tributo municipal deve ser lavrado por servidor municipal competente e conter, obrigatoriamente, além de outros requisitos:

- (A) a aposição, sobre o carimbo, da assinatura do autuante e a indicação do seu cargo ou função.
- (B) o dia em que foi iniciada a fiscalização.
- (C) a enumeração de todos os fiscais que participaram da fiscalização.
- (D) a determinação para efetuar o pagamento no exercício seguinte.

— QUESTÃO 58 —

É fato gerador do Imposto sobre Transmissão *Inter Vivos*:

- (A) a transmissão de bens ou direitos, incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda ou locação desses bens ou direitos.
- (B) a permuta.
- (C) a transmissão aos mesmos alienantes dos bens ou direitos, incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, em pagamento de capital nela subscrito, quando transmitidos aos mesmos alienantes em decorrência da sua desincorporação do patrimônio da pessoa jurídica a que foram conferidos.
- (D) o valor da meação, relativo a imóveis que, na divisão de patrimônio comum, forem atribuídos a um dos cônjuges separados ou divorciados.

— QUESTÃO 59 —

Determinada empresa declarou, em documento fiscal próprio, a existência de débito tributário em relação ao ISS, no valor de R\$ 50.000,00, tendo feito o recolhimento correspondente. O Fisco municipal, ao analisar a questão, verificou que o valor declarado e pago foi a menor, e se recusou a emitir a certidão negativa de débito. Nesse caso, a conduta do Fisco

- (A) está errada, pois o lançamento é ato privativo da autoridade administrativa.
- (B) está correta, já que a declaração do contribuinte, por ser lançamento por homologação, não tem presunção de legalidade.
- (C) está errada, pois eventual diferença deve ser lançada de ofício pelo Fisco.
- (D) está correta, já que o pagamento não foi efetuado no valor efetivamente devido.

— QUESTÃO 60 —

A Dívida Ativa do Município, regularmente inscrita, goza de presunção:

- (A) relativa, de certeza e liquidez, mas sem o efeito de prova pré-constituída.
- (B) absoluta, de certeza e liquidez.
- (C) absoluta, da existência de processo judicial.
- (D) relativa, de certeza e liquidez.

— QUESTÃO 61 —

Leia o caso a seguir.

M. V. é proprietário de um sítio de lazer, na área de expansão urbana. Os melhoramentos encontrados no local do sítio são rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública e esgoto, mantidos pelo município, embora não se encontre por perto nem hospitais nem escolas.

O tributo incidente neste imóvel é:

- (A) o ITR, por não haver nem hospitais nem escolas próximos do imóvel.
- (B) o IPTU, por ser sítio não explorado de atividades rurais.
- (C) o ITR, por ser sítio de lazer, não inserido em área urbana.
- (D) o IPTU, por ser área de expansão urbana contendo ao menos dois melhoramentos do art. 9º, da Lei nº 5.040/1975.

— QUESTÃO 62 —

Considerando que o Município de Goiânia tenha aumentado a alíquota da taxa pelo exercício regular do poder de polícia – especificamente a licença para funcionamento de estabelecimento comercial – mediante lei, publicada em 15 de maio de 2015, a cobrança da taxa majorada poderá ser efetuada

- (A) imediatamente.
- (B) após o decurso do prazo de 90 dias.
- (C) apenas a partir de 1º de janeiro de 2016.
- (D) tendo decorrido 90 dias contados a partir do exercício seguinte.

— QUESTÃO 63 —

De acordo com a legislação municipal vigente, as multas aplicadas em decorrência de comprovação de sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária terão as seguintes reduções:

- (A) 40% da multa, quando o contribuinte se conformar com o procedimento fiscal e efetuar o pagamento do valor exigido no prazo previsto para apresentação de defesa.
- (B) 70% da multa, quando o contribuinte, conformado com a decisão de primeira instância, efetuar o pagamento no prazo previsto para o recurso.
- (C) 70% da multa, se o contribuinte firmar compromisso de não entrar com ação anulatória de débito fiscal.
- (D) 70% da multa, quando o contribuinte se conformar com o procedimento fiscal e efetuar o pagamento do valor exigido no prazo previsto para a apresentação de defesa.

— QUESTÃO 64 —

A contribuição de melhoria

- (A) é tributo que pode ser instituído apenas pelos Municípios.
- (B) tem como sujeito passivo o proprietário do imóvel ao tempo de seu lançamento.
- (C) pode ser cobrada, se o Município prestar um serviço ao contribuinte, e deste resultar uma valorização imobiliária.
- (D) não paga pelo proprietário do imóvel, não tem os sucessores como responsáveis.

— QUESTÃO 65 —

A Construtora Y, com sede em Goiânia, constrói um edifício, sob o regime de empreitada, na cidade de Anápolis, onde não possui estabelecimento. A imposição do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza compete ao município de

- (A) Anápolis, pois é o local da construção do edifício.
- (B) Goiânia, pois é o município onde a construtora tem sua sede.
- (C) Anápolis, por se tratar de serviço de empreitada civil.
- (D) Goiânia, porque a construtora não possui estabelecimento em Anápolis.

— QUESTÃO 66 —

De acordo com o Código Tributário Municipal, o domicílio do sujeito passivo, contribuinte ou responsável,

- (A) quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, será o lugar de sua sede ou o de cada estabelecimento, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação.
- (B) quanto às pessoas naturais, será a sua residência habitual, ou sendo incerta ou desconhecida, será o centro habitual de sua atividade.
- (C) quanto às pessoas jurídicas de direito público, será quaisquer de suas repartições no território do Estado.
- (D) quanto às pessoas jurídicas de direito público, será qualquer de suas repartições no território nacional.

— QUESTÃO 67 —

De acordo com o Código Tributário Municipal,

- (A) fica automaticamente inscrito em Dívida Ativa o tributo lançado, não pago e não objeto de impugnação ou recurso.
- (B) são autoridades fiscais as que têm competência, atribuições e jurisdição definidas em lei, regulamento ou regimento, e que são da confiança do Prefeito Municipal.
- (C) é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou seus servidores, de informação obtida em razão de ofício, referente ao sujeito passivo, sobre sua inscrição em Dívida Ativa.
- (D) são obrigados a exibir os livros fiscais e contábeis, relativos aos tributos, às autoridades administrativas competentes, o sujeito passivo e todos os que participem das operações sujeitas aos tributos.

— QUESTÃO 68 —

Para que a taxa de serviço seja legalmente cobrada, o serviço público

- (A) precisa ser efetivamente prestado ao sujeito passivo, não podendo simplesmente estar à sua disposição.
- (B) não precisa ser divisível, desde que seja específico.
- (C) deverá, necessariamente, ser prestado.
- (D) poderá ser prestado ou posto à disposição do contribuinte.

— QUESTÃO 69 —

De acordo com a lei tributária do Município de Goiânia, proprietário de sítio de recreio, medindo 1,5 hectares, no perímetro urbano, destinado à produção hortifrutigranjeira, sendo explorado exclusivamente pelo proprietário para sustento familiar e comercialização do excedente, uma vez demonstrado o cumprimento da função social, em procedimento tributário,

- (A) está isento do IPTU.
- (B) tem redução de 50% do valor do IPTU.
- (C) tem redução de 50% do valor do ITR.
- (D) está obrigado ao pagamento do ITR e não do IPTU.

— QUESTÃO 70 —

Um contribuinte do ISS verificou que havia recolhido a maior o imposto dos últimos dois anos e deseja peticionar, perante a administração municipal, requerendo a repetição do indébito. Desta forma,

- (A) o pedido deverá ser feito dentro do prazo legal, visto que o direito do contribuinte de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados da data da efetivação do pagamento.
- (B) a restituição, total ou parcial, dá lugar à restituição, na mesma proporção, das penalidades pecuniárias, inclusive as relativas às infrações de caráter formal, não prejudicadas pela restituição.
- (C) o pedido deverá ser feito dentro do prazo legal, visto que o direito do contribuinte de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos contados do fato gerador.
- (D) se o contribuinte tiver seu pleito acatado, somente obterá a restituição do tributo pago e não da multa.